

PROVA DISCURSIVA – ADVOGADO DO CREAS
PADRÕES DE RESPOSTA

Questão 1

O Estado de Direito é aquele juridicamente organizado e que respeita as suas leis, não permitindo que haja concentração de poder em uma única pessoa, elemento catalisador de regimes autoritários. Considerando a estrutura de repartição dos Poderes entre o Poder Executivo, Poder Legislativo e o Poder Judiciário, em que consiste o sistema que a doutrina denomina de “freios e contrapesos (*checks and balances*)”?

Resposta esperada: O sistema de freios e contrapesos consiste em atribuir a cada Poder, além de suas funções normais, instrumentos para buscar interromper eventuais medidas de outros Poderes que atentem contra o equilíbrio entre eles. Assim, cada um dos Poderes exerce funções típicas e atípicas. Por exemplo: a função típica do Poder Executivo é o exercício da função administrativa do Estado. Já a função típica do Poder Legislativo é produzir leis e fiscalizar os demais Poderes. Por fim, o Poder Judiciário tem por função típica o exercício da função jurisdicional. Por outro lado, quando o Senado Federal, com supedâneo no art. 86 da CRFB, julga o Presidente da República nos crimes de responsabilidade, está o Poder Legislativo exercendo sua função atípica de julgamento. Também os Tribunais do Poder Judiciário, ao elaborarem seus regimentos internos, conforme previsto no art. 96, inciso I, alínea “a”, da CRFB, estão exercendo sua função atípica de legislar.

Questão 2

É sabido que, pelas regras do mercado, uma pessoa com deficiência não teria lugar no mercado de trabalho, em razão do estigma que ainda subsiste na sociedade, no sentido de que aquelas pessoas produzem menos ou de que são menos capazes, se comparadas a um empregado sem qualquer mazela. Em razão dessa vulnerabilidade das pessoas portadoras de deficiência o ordenamento jurídico brasileiro criou mecanismos de proteção, voltados à inclusão dessas pessoas tanto no mercado de trabalho quanto na sociedade, de modo geral. Disserte sobre os direitos voltados à preservação da dignidade das pessoas com deficiência e o pleno gozo dos seus direitos, notadamente quanto à sua participação no mercado de trabalho.

Resposta esperada: A proteção à pessoa com deficiência inicia no art. 7º da Constituição Federal de 1988, que trata dos direitos trabalhistas, os quais são

espécie de direitos sociais, considerados pela doutrina como direitos de 2ª dimensão. O referido dispositivo proíbe qualquer forma de discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência. Também no art. 37 encontra-se regra de proteção ao trabalho da pessoa com deficiência quando determina a reserva de percentual de cargos e empregos públicos para as pessoas com deficiência. Ainda no âmbito da Constituição da República de 1988 encontram-se regras especiais de aposentadoria para as pessoas com deficiência, como exceção à regra que veda a adoção de critérios diferenciados para concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social. Fora da Constituição, um claro exemplo de proteção ao trabalho voltada às pessoas com deficiência é encontrado no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13146/15), que contém dispositivos específicos que regulamentam a habilitação e/ou reabilitação profissional, assim como a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Mencionar art. 23, II da CR/88: a União, os Estados e Distrito Federal e os municípios devem, conjuntamente, atuar na promoção dos direitos das pessoas com deficiência.

Art. 40 c/c 201 CR/88 – prevê regra especial de aposentadoria para as pessoas com deficiência

Lei 8213/91 que torna obrigatória a contratação de pessoas com deficiência quando a empresa contar com mais de 100 (cem) empregados.

Questão 3

Uma das mais festejadas mudanças introduzidas no Código Civil de 2002 refere-se à previsão expressa do princípio da boa-fé contratual, também conhecida como boa-fé objetiva, relacionada à conduta das partes contratantes. Em três dos seus dispositivos o Código Civil em vigor apresenta funções importantes da boa-fé objetiva. Indique quais são essas três funções da boa-fé objetiva presentes no Código Civil, explicando cada uma dela.

Resposta esperada: As três funções da boa-fé objetiva previstas no Código Civil são: a função de interpretação do negócio jurídico (art. 113); função de controle (art. 187) e a função de integração (art. 422). No que se refere à função de interpretação, os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar da sua celebração. Aqui a boa-fé é consagrada como meio auxiliador do aplicador do direito para a interpretação dos negócios,

particularmente dos contratos. Já a função de controle se extrai do artigo 187 do Código Civil, segundo o qual aquele que contratava a boa-fé objetiva comete abuso de direito. De acordo com a função de integração do contrato, está presente no art. 422 do Código Civil, segundo o qual “os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios da probidade e boa-fé.” O art. 422 consagra a necessidade de as partes manterem, em todas as fases contratuais sua conduta de probidade e lealdade.

Peça Processual

Humbelynda Soraya teve um relacionamento amoroso com Romualdo César, do qual nasceu Mayconsuel Clotário, atualmente com 03 (anos) de idade. Desde a gestação Romualdo César contribui informalmente e sem nenhuma regularidade para o custeio das despesas do filho, que reside com a mãe na Comarca de Marilândia/MG e estuda em escola pública municipal. Contudo, atualmente Humbelynda Soraya está desempregada e passando por sérias dificuldades financeiras. Romualdo César reside na Comarca de Pequi/MG e é próspero empresário do ramo alimentício, solteiro, sem outros filhos e tem uma renda mensal em torno de R\$10.000,00 (dez mil reais). Desesperada, Humbelynda Soraya procura orientação no departamento jurídico do CREAS de sua cidade para tomar as providências cabíveis para obter ajuda de Romualdo César para criar o filho. Na qualidade de advogado que prestou atendimento a Humbelynda Soraya, promova a medida jurídica pertinente.

Resposta esperada: O advogado deverá ajuizar Ação de Alimentos, em nome de Mayconsuel Clotário, representado pela mãe, tendo Romualdo César no polo passivo. A ação deve ser promovida no foro de residência do menor, e o valor sugerido a título de alimentos não deve ser insignificante nem exorbitante, tendo em vista que deve ser ressaltado na peça processual o binômio necessidade/possibilidade, bem como a razoabilidade. Considerando-se o comportamento dos Tribunais em casos semelhantes, é razoável pedir 01 salário-mínimo de pensão (se pedir plano de saúde e outros benefícios será bem-vindo). O valor da causa deve corresponder a 12 vezes o valor pedido a título de alimentos. Deve ser formulado pedido de alimentos provisórios.

O fato de a resposta conter esses elementos, não significa que será atribuída a pontuação máxima, haja vista que a peça deverá ser concatenada de modo a apresentar os aspectos formais esperados para uma petição inicial.